

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Manter o 'Minha Casa Minha Vida' está nos planos de todos os presidentiáveis

Veículo: DCI

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Construção Civil

Página: On-Line

CONSTRUÇÃO CIVIL



Manter o 'Minha Casa Minha Vida' está nos planos de todos os presidentiáveis

Ainda que o nome do próximo presidente do Brasil divida opiniões, empresários e entidades são uníssonos quanto à fórmula para reaquecer o setor: fazer manutenção do programa habitacional

Enquanto o cenário eleitoral se mostra nebuloso quando o assunto é quem assumirá o cargo mais alto do executivo brasileiro, entidades e empresários do ramo da construção se mostram uníssonos quanto a uma questão: independente de quem leve a corrida de presidencial, o programa Minha Casa Minha Vida será vital para a retomada da construção.

Diante de um cenário de incertezas quanto ao caminho econômico que o País seguirá dependendo da legenda que assuma o planalto, o professor de engenharia da Universidade de Brasília (UnB) e membro do Sindicato da Habitação do Distrito Federal, Hermes Freitas, diz que poucas questões são tão uniformes entre potenciais candidatos que a continuidade do programa habitacional.

"Todos os candidatos, independente do espectro político, falam em manutenção do programa, ainda que algumas diretrizes [como perfil do beneficiado] mudem de partido para partido."

Entre as vantagens para manutenção do programa, o estímulo ao emprego é um dos mais citados. "Independente se a obra será para as classes D e E, ou faixas intermediárias, o fato é que empreendimentos como esses podem estimular a geração de emprego em cidades mais afastadas", completa.

De modo similar pensa o diretor da ConstruMinas, Ricardo Leite. A empresa, que atua com empreendimentos no bojo do programa desde 2013, conta que a queda brusca os repasses federais gerou problemas que vão além da menor receita da empresa. “Atuamos em pequenas cidades no interior de Minas Gerais, e em muitas delas a atividade da construção movimentou a economia como um todo”, conta ele, que tem empreendimentos em cidades como Pouso Alegre, São João Batista do Glória, Tiradentes e Mariana.

De acordo com o executivo, um dos desafios do próximo presidente será destravar os negócios, que muitas vezes ficam parados. “Sabemos de obras paradas desde 2012. Isso é um absurdo. O medo de calote do governo torna as faixas intermediárias [onde o comprador tem mais que dois salários mínimos mensais] mais atraentes para o construtor.”

Para este ano, a expectativa do governo é que o programa contrate 650 mil novas unidades, sendo 130 mil delas voltadas para a chamada Faixa 1.

Números expressivos

Um estudo realizado pela Associação brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) divulgado na última sexta-feira retrata a importância do programa habitacional criado em 2009, durante o segundo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Segundo o estudo, em 12 meses até maio, 73% dos lançamentos imobiliários se enquadravam nessas categorias, enquanto 64,9% das vendas totais eram de unidades do programa (*veja mais no gráfico*).

“Esse programa tem bom desempenho porque computa a renda familiar na avaliação de crédito; parcela a compra em até 30 anos; tem a menor taxa de juros do mercado; aceita o pagamento da entrada e as parcelas com o saldo do FGTS; tem prestações decrescentes ao longo dos anos; oferece simulador na Caixa Econômica Federal, onde pode ser avaliada a capacidade de compra da família”, diz o presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza.

O levantamento da Abrainc, que reúne informações das maiores construtoras brasileiras, mostra que em maio deste ano foram lançadas, ao todo, 8,9 mil unidades (alta de 53,3% na comparação anual), ao passo que 10,8 mil imóveis foram vendidos (+ 15,2% na mesma base de comparação).

Outro indicador que sinaliza bem o momento da construção é o indicador de atividade da, compilado mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, o setor encerrou junho com uma queda menos acentuada que no mês anterior, atingindo 46,7 pontos. O número, que segue abaixo da linha divisória de 50 pontos, indica retração do segmento. Em maio, porém, quando houve a greve dos caminhoneiros, o indicador chegou a 44,4 pontos. Em junho de 2017, o índice estava ainda pior (42,8 pontos). O uso da capacidade instalada subiu em junho para 59% ante 57% no mês anterior.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Toffoli Mantém Leilão de Estatais de Energia

Veículo: Diário do Amazonas

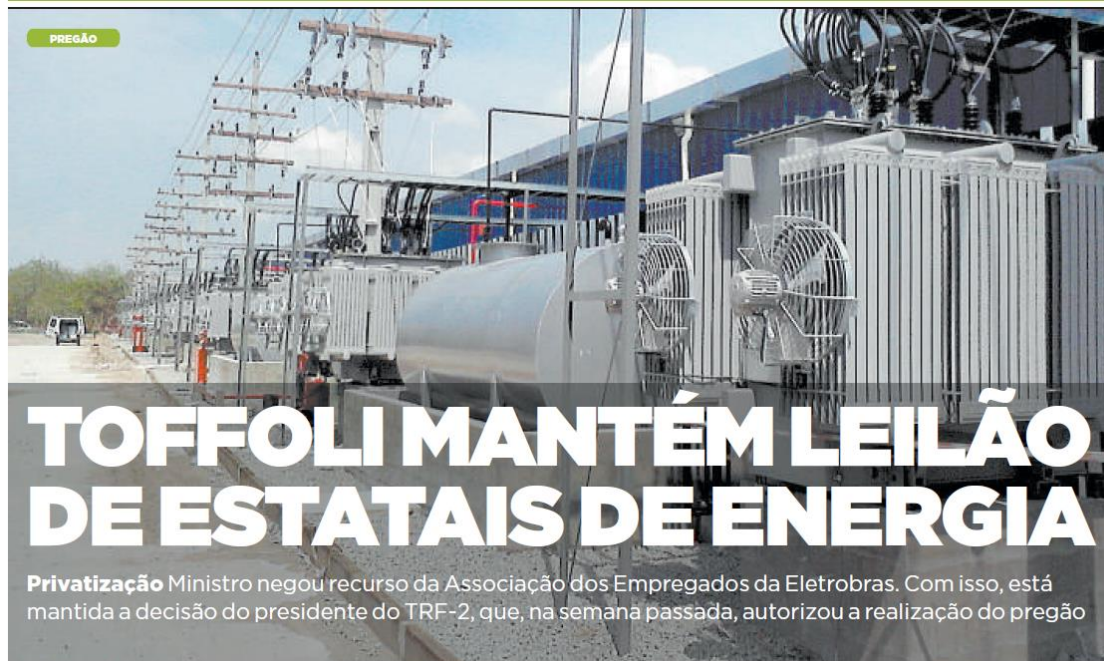
Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 09



Venda Eletrobras Distribuição Amazonas será uma das empresas a serem privatizadas

Eraldo Lopes

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, negou recurso apresentado pela Associação dos Empregados da Eletrobras, na última quinta-feira, 26, para suspender o leilão de distribuidoras da empresa no Norte e no Nordeste, entre elas a Eletrobras Distribuição Amazonas.

O recurso foi apresentado à Corte após a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, negar, no último dia 20, pedido liminar feito pela associação. Com isso, está mantida a decisão proferida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, André Fontes, que, na semana passada, autorizou a realização do leilão.

“O agravante não suscita qualquer fato novo apto a ensejar novo pronunciamento”, afirmou o ministro em sua decisão.

Na avaliação da associação, o

leilão teria desrespeitado uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, que determinou que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas só pode ser feita com autorização do Congresso Nacional, sempre que resultar em perda do controle acionário.

Disputa judicial

Em junho, a associação ajuizou uma ação civil pública para impedir o processo. Um mês depois, a 19ª Vara Federal do

Rio de Janeiro acolheu pedido e suspendeu o leilão. Na semana passada, Fontes, do TRF-2, reviu a decisão da 19ª Vara e autorizou a realização do procedimento licitatório.

No dia 26 de julho, a Equatorial Energia venceu o leilão pela Companhia de Energia do Piauí (Cepisa), tendo sido a única a fazer proposta pela distribuidora da Eletrobras. A empresa vislumbra investimentos perto de R\$1 bilhão na distribuidora, nos próximos cinco anos.

As distribuidoras do Acre, Amazonas, Rondônia e Rorai-

ma serão licitadas no dia 30 de agosto, após a aprovação do projeto de lei aprovado na Câmara e que tramita no Senado.

Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) afirmava não haver impedimento para a realização do leilão das distribuidoras. O documento, enviado à Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia (MME), dizia respeito à liminar concedida por Lewandowski.

Procurada, a defesa da Associação dos Empregados da Eletrobras não retornou até a publicação da reportagem.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Após 20 anos de privatização do setor no País, uso de telefone mudou e diversificou

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 10

Após 20 anos de privatização do setor no País, uso do telefone mudou e diversificou

Burocracia e Carestia Uma linha chegava a custar US\$ 5 mil - na época, o regime era de câmbio fixo, que chegou a praticar a paridade de R\$ 1 para US\$ 1 - e a fila de espera dos clientes era de dois a cinco anos

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A maior parte da receita das teles já vem da internet, uma demonstração clara de quanto o cenário mudou no setor de telecomunicações. Há 20 anos foi realizada a privatização da telefonia brasileira.

Em 1998, o País contava com 17 milhões de linhas fixas e 4,6 milhões de celulares. Hoje, há 235,5 milhões de linhas de celular ativas (mais do que os 208,5 milhões de brasileiros) e 40,8 milhões de linhas de telefonia fixa. Na banda larga, são 28,7 milhões de acessos fixos e 204,1 milhões de conexões móveis. Além disso, 17,8 milhões de brasileiros são clientes de TV por assinatura, segundo dados do SindiTelebrasil, que representa o setor.

Hoje, de acordo com a consultoria Teleco, nos serviços fixos, a banda larga representa quase 40% do faturamento das empresas, ante 24% em 2010, enquanto a telefonia fixa reduziu sua participação para 30,8%,

ante 57,1% em 2010. Na telefonia móvel, a curva se inverteu: em 2012, serviços de voz representavam 78,6% das receitas, e de internet, 21,4%. Hoje, dados são 62,1% do faturamento, enquanto voz caiu para 37,9%.

A principal marca da privatização foi a competição no setor, avalia o presidente da consultoria Teleco, Eduardo Tude. “Foi a competição que acabou com as filas de espera de telefones fixos e móveis e permitiu o desenvolvimento de serviços que nem existiam na época”.

Secretário executivo do Ministério das Comunicações na época, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros, destaca que a quebra do monopólio da Telebrás foi fundamental para o crescimento do acesso da população aos serviços de telefonia. Foi necessário aprovar uma lei, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e criar uma agência reguladora.

A privatização rendeu à União R\$ 22 bilhões. Hoje, além das quatro grandes empresas do setor, há milhares de pequenos provedores de in-



Quadro Em 1998, o País contava com 17 milhões de linhas fixas e 4,6 milhões de celulares. Hoje, há 235,5 milhões de celulares

ternet fixa e móvel no País. Para o presidente executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy, a privatização das teles foi o maior programa de inclusão social promovido por empresas no País. “Tudo foi feito sem dinheiro público”.

O acesso à telefonia fixa está universalizado e superado, mas as políticas públicas ainda dire-

cionam boa parte dos investimentos para esse serviço, destaca Quadros. A Lei Geral das Telecomunicações, de 1997, está em vigor e ainda não foi atualizada.

Fila de espera

Mais do que um serviço, há 20 anos, ter um telefone fixo era sinal de status. Uma linha chegava a custar US\$ 5 mil - na

época, o regime era de câmbio fixo, que chegou a praticar a paridade de R\$ 1 para US\$ 1 - e a fila de espera dos clientes era de dois a cinco anos. O presidente da Telefônica no Brasil, Eduardo Navarro, lembra que o aluguel de linhas fixas era considerado um investimento e gerava renda para muitas pessoas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Brasil exporta dinheiro da Casa da Moeda para Venezuela

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 30.07.18

Caderno: Política

Página: 09

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Brasil exporta dinheiro da Casa da Moeda para Venezuela

Às turras com o regime do presidente Nicolás Maduro nos foros internacionais, o Brasil ainda mantém relação comercial com a Venezuela. E, neste ano, iniciou a exportação de um produto altamente demandado do lado de lá da fronteira: dinheiro em espécie. Por encomenda, a Casa da Moeda do Brasil está imprimindo os bolívares usados no país vizinho. A

demanda é grande, porque o valor das cédulas “derrete” diante da hiperinflação, que pode atingir 1.000.000% neste ano, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A produção de dinheiro começou em 2018, segundo informou a Casa da Moeda. Não é a primeira vez que o Brasil imprime dinheiro para outro país. A Casa da Moeda já forneceu cédulas para Argentina, Paraguai e Haiti. Sem dar conta de acompanhar a evolução dos preços, os venezuelanos precisam de quantidades cada vez maiores de

dinheiro vivo. As cédulas de bolívar são hoje o sétimo principal produto exportado pelo Brasil para o vizinho, segundo dados da balança comercial. De janeiro a junho, as vendas em dinheiro já impresso totalizaram US\$ 6,8 milhões, além de mais US\$ 4,6 milhões em papel que serve para a impressão de dinheiro.

Em março, Maduro anunciou que iria cortar três zeros das cifras. Assim, mil bolívares passariam a ser um bolívar, mas com o mesmo valor de aquisição. E a moeda passará a ter outro nome: bolívar soberano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Agronegócio teve alta de 21% no Amazonas este ano

Veículo: Em Tempo

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 19

Agronegócio teve alta de 21% no Amazonas este ano

Para representantes do setor, aumento mostra evolução acima da média nacional e confirma a presença de mais empreendedores rurais no Estado

 Naritha Miguels

Com mais de 14 mil novos estabelecimentos com perfil de agronegócio, o Amazonas registrou um aumento de 21% nos últimos 11 anos, a informação foi divulgada pelo Censo Agropecuário 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O destaque foi para o setor de avicultura com um polo consolidado, seguido pelo setor de pecuária, uma vez que o Estado é o primeiro a erradicar a febre aftosa.

De acordo com o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (Faea), Muni Lourenço, a expectativa é de que as informações do censo tragam um retrato mais atualizado do perfil agropecuário do Amazonas. Para ele, o aumento de 21% mostra evolução acima da média nacional e confirma a presença de empreendedores rurais com perfil de agronegócio, principalmente nos municípios localizados no Sul do Estado.

"Estamos em um momento de recuperação. Após 12 anos de declínio, registramos crescimento para a atividade, isso mostra que os ventos do agronegócio brasileiro estão soprando a nosso favor, pois o segmento é a grande locomotiva da economia. Nós temos o quinto maior polo de avicultura do país e o primeiro da Região Norte, um polo que já está na terceira geração de avicultores, segmento que está se modernizando com granjas automatizadas, alta produtividade que colaboram de forma significativa para a economia do Amazonas", disse.

O presidente da Faea disse, ainda, que a tendência é de que o número cresça, principalmente porque o Sul do Amazonas é área de fronteira agropecuária com outros Estados. Para ele, o momento é de expectativa para concretizar o acesso com preços mais baixos ao milho

e farelo de soja, o que significa diminuição nos custos de produção. Além disso, a pecuária também ganha destaque, uma vez que vários pontos da região a têm como principal atividade. "Esse ramo tem um futuro promissor no Estado, principalmente por conta da erradicação da febre aftosa. Em 2019, 12 municípios do Amazonas passarão a integrar o time das regiões que vão retirar a vacina contra a doença de circulação, fazendo com que os produtos da nossa pecuária sejam valorizados e exportados para outros países", concluiu. Apesar do aumento apontado pelo censo, a quantidade de áreas para

a produção agropecuária passa por uma recuperação gradativa, por conta da diminuição da população rural. Lourenço afirma que o momento é de otimismo moderado, uma vez que o país passa por uma crise econômica, porém o entusiasmo para a atividade segue para 2019, quando o Amazonas terá mais recursos como investimentos no setor primário. "Tivemos a aprovação da vinculação de 3% do orçamento estadual na Assembleia Legislativa, investimentos para o setor primário que representam até três vezes mais do que já estava sendo investido. É um avanço para o setor, que terá mais políticas públicas, assistência técnica, extensão rural e infraestrutura", concluiu.

O Censo

O Censo Agro reúne dados sobre a produção agropecuária, florestal e aquícola brasileira. Ele foi realizado pelo IBGE, em

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Força questiona qualificação na CNA

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A5

Força questiona qualificação na CNA

A Força Sindical quer que o presidente Michel Temer revogue o decreto que autoriza a destinação de parte dos recursos do Senar (Sistema Nacional de Aprendizagem Rural) para a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) e suas federações.

Conforme mostrou reportagem do Broadcast/Estadão, o governo criou uma forma alternativa de financiamento de entidades empresariais do setor agrícola. Decreto publicado em fevereiro passou a destinar parte dos recursos da qualificação dos trabalhadores rurais para as associações. A medida foi acertada entre entidades empresariais e o governo após a aprovação da reforma Trabalhista, em novembro.

Com o decreto, o Senar é obrigado a reservar até 5% do orçamento para o financiamento da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e outros 5% para as federações estaduais.

O decreto presidencial deu à CNA uma fonte de recursos que já existe em outros setores. Na indústria, o Sesi repassa 4% e o Senai transfere 2% do orçamento para a CNI (Confederação Nacional da Indústria). Sesc e Senac destinam 6% para a CNC (Confederação Nacional do Comércio) ou a federação estadual. Senat e Sest enviam 10% para a CNT (Confederação Nacional do Transporte).

“Exigimos que o presidente Temer revogue imediatamente

o referido decreto autorizando transferência de recursos do Senar para a CNA, assim como defendemos alterações na legislação que possibilita a transferência milionária de recursos do Senai, do Sesi, do Senac e do Sesc para as respectivas confederações patronais, como forma de garantir o tratamento isonômico e equilibrado ao capital e ao trabalho, questão fundamental para a existência de relações de trabalho democráticas e justas”, diz a Força Sindical por meio de nota assinada pelo presidente interino da entidade, Miguel Torres. Para a Força, a iniciativa é “uma clara demonstração de que o governo federal é agente ativo no desbalanceamento das relações de

trabalho no Brasil a favor dos interesses empresariais, pois a edição do decreto garantindo a remessa de milhões de reais para o sindicalismo patronal vem no exato momento em que o custeio das entidades sindicais dos trabalhadores é inviabilizado pela Reforma Trabalhista e por decisões judiciais do STF”.

Na nota, a Força Sindical critica ainda o fato de o decreto retirar recursos para qualificação profissional e assistência social aos trabalhadores para financiar o sindicalismo patronal. Para a entidade, o custeio das entidades de trabalhadores e empregadores deve vir da contribuição de todos os seus representados, aprovadas nas assembleias das categorias de forma clara e transparente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Juíza homologa acordo com Odebrecht

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 30.07.18

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Juíza homologa acordo com Odebrecht

A Odebrecht poderá pagar em 22 anos a quantia de R\$ 30 mil de multa aos cofres públicos em um dos acordos com o Ministério Público Estadual de São Paulo homologado pela Justiça Estadual. Trata-se de termo firmado na área cível para que a empreiteira confessasse o suposto repasse do valor, via caixa dois, ao ex-vereador e ex-deputado federal petista Francisco Chagas (PT).

A peça é assinada pelos promotores Sílvio Marques, Valter Santin, Christiano Jorge Santos, Karina Mori e José Carlos Blat. Em acordo com o Ministério Público, os delatores Benedicto Jú-

nior e Carlos Armando Paschoal afirmaram que o vereador consta como "Campinas" no sistema Drousys, do "departamento de propinas" da empreiteira.

A senha para retirada do dinheiro teria sido "Cambuí". O repasse teria ocorrido a título de suposto caixa dois na campanha de 2010, a deputado federal.

Nos autos do processo, o ex-vereador negou ter recebido os valores. A reportagem está tentando contato com ele.

O valor de R\$ 30 mil será acrescido de correção monetária levando em consideração o período de 2010; 90% do total será

destinado aos cofres do município, 5% ao Fundo de Interesses Difusos do Estado e outros 5% ao Fundo Estadual de Perícias do Estado.

Em termos idênticos, a Promotoria fez outros acordos com a empreiteira na área cível. Em troca da colaboração, entrega de documentos, prova de que implementou “compliance” e indenização ao Poder Público, a empreiteira fica imune de nova ação judicial envolvendo o ilícito delatado, pode pagar em 22 vezes anuais as multas e retomar obras, mesmo as que confessou ter vencido a licitação por meio

de fraudes.

A empreiteira também pode abater o valor abrindo mão do recebimento de precatórios e obras “em favor da municipalidade”. O acordo de R\$ 30 mil envolvendo o ex-vereador petista foi homologado pela juíza Simone Viegas de Moraes Leme, da 15ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

“Consequentemente, julgo extinta a ação em relação à Odebrecht S.A., nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Isento de pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios”, decidiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Cooperativas financeiras e empresas de tecnologia do setor se unem para ganhar mercado

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 10

Cooperativas financeiras e empresas de tecnologia do setor se unem para ganhar mercado

Cooperativas financeiras e fintechs, empresas de tecnologia no setor financeiro, estão se aproximando para oferecer serviços no mercado de câmbio e crédito e assim conseguir ampliar o número de clientes. A estratégia pode ser positiva para os consumidores, com aumento da concorrência no mercado financeiro, ampliando o poder de escolha, avaliam representantes dos setores.

A ideia é que as cooperativas e as fintechs possam fazer integração de plataformas, com compartilhamento de informações e dados dos clientes.

No último dia 13, um encontro fechado uniu o setor de cooperativas a 20 lideranças de inovação no setor financeiro, além de representantes do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central. “O Sicoob tem crescido 30% ao ano. Mas o sistema cooperativo representa só 3% do setor. Nos países desenvolvidos, o sistema cooperativo representa uma média de 25%, 30%. Vemos nessa integração com as fintechs uma oportunidade para buscar pelo menos dois dígitos de participação no mercado financeiro e propiciar

um ambiente para as fintechs poderem crescer. Em um ambiente extremamente regulatório, o Banco Central é muito firme, precisa de apoio de instituições financeiras para poder crescer”, afirmou Diniz.

O diretor da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Bernardo Pascowitch, avalia que o contato com as cooperativas é uma forma de ampliar a atuação das empresas de inovação.

Atualmente, a ABFintechs tem cerca de 350 associadas e estima que esse número corresponda a 85% dessas empresas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Ramos Ferreira tem trecho interditado para reparo na rede de abastecimento de água

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cidades

Página: 15

Ramos Ferreira tem trecho interditado para reparo na rede de abastecimento de água

Um trecho da Avenida Ramos Ferreira foi interditado, na manhã deste domingo, para obra de reparo na rede de abastecimento de água. O trecho interditado fica próximo à Escola de Samba Mocidade Independente de Aparecida, no bairro Aparecida, zona sul de Manaus.

A divulgação da interdição foi realizada pelo Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito de Manaus (Manustrans), pelo Twitter do órgão. O trecho foi interditado por volta das 6h30 e liberado às 11h15.

A rota alternativa era pelas ruas Coronel Salgado e Alexandre Amorim, para ter acesso à Ponte Senador Fábio Lucena.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor da construção comenta, na coluna Mercado Aberto da Folha de S.Paulo, medida que obrigada empresas contratadas pela administração pública a empregar presos e ex presidiários

Veículo: CBIC Hoje

Data: 30.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/07/CBIC-HOJE-26.07.2018.pdf>

Setor da construção comenta, na coluna Mercado Aberto da Folha de S.Paulo, medida que obrigada empresas contratadas pela administração pública a empregar presos e ex-presidiários

Hoje, na coluna Mercado Aberto, da *Folha de S.Paulo*, o

presidente da CBIC José Carlos Martins, comenta que a medida adotada pelo governo federal, de criar uma Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Pnat), obrigando empresas contratadas pela administração pública a empregar presos e ex-presidiários como parte da mão de obra, é considerada injusta pelo setor da construção.

"Construção civil, hoje, é um trabalho que exige qualificação, e é difícil que os presídios preencham esses requisitos, diz Martins. "Meu setor tem demitido gente nos últimos anos. Querem me dizer que tenho que mandar embora 6% do meu contingente para inserir essas pessoas? Isso não vai ficar de pé em hipótese nenhuma."



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: DNCS: Tema da campanha de 2018 é "O futuro dos nossos filhos"

Veículo: CBIC Mais

Data: 27.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-Line

DNCS: TEMA DA CAMPANHA DE 2018 É "O FUTURO DOS NOSSOS FILHOS"

*OBJETIVO CONSCIENTIZAR O SETOR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO ATIVA
NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS QUE CONSTRUIRÃO O FUTURO DO BRASIL*

Com o tema "O Futuro dos Nossos Filhos", o Dia Nacional da Construção Social (DNCS) de 2018 ocorrerá simultaneamente em 27 localidades no dia 18 de agosto. Promovido nacionalmente pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio do seu Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc), e pelo Sesi Nacional, com apoio especial do Seconci Brasil, o DNCS deste ano aproveitará seu alcance para mostrar a importância da educação das crianças, transmitindo a mensagem de que elas podem fazer a diferença na construção do País. "É consenso afirmar que o futuro do País está nas mãos dos jovens. Os caminhos que a sociedade tomará estão relacionados com as opções que fazemos desde cedo, por isso o tema

escolhido tem tanta importância nos dias de hoje", afirma o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

De 2007 a 2017, o mais importante evento do setor da construção – voltado à promoção da responsabilidade social empresarial – já alcançou relevantes números. Foram realizados aproximadamente 3.920.630 atendimentos a quase 790 mil trabalhadores do setor da construção e seus familiares. Realizado anualmente em todo o País, o DNCS reúne empresas, entidades, líderes setoriais, trabalhadores e seus familiares em um grande evento que promove qualidade de vida por meio de ações em saúde, educação, lazer e cidadania.

MANAUS

Em Manaus, os trabalhadores da construção civil e seus familiares terão acesso a serviços de saúde, lazer e cidadania no período de 9h às 14h, no Clube do Trabalhador do Sesi. Para tornar esse dia ainda mais exclusivo ao setor, no período de 2 de julho a 10 de agosto, o Sinduscon-AM e Seconci-Manaus, organizadores do evento na cidade, vão realizar inscrições prévias destinadas aos trabalhadores de suas associadas e seus familiares.

A inscrição é feita pela empresa e requer os seguintes dados: nome completo do(a) trabalhador(a), função, RG e telefone. O Formulário de Inscrição devidamente preenchido deverá ser enviado até o dia 10 de agosto 2018 para o e-mail: dncs@seconci-manaus.org.br

De acordo com a superintendente do Seconci Manaus, Alair Paula, cada empresa deverá delegar um funcionário para reunir as informações dos trabalhadores que desejarem participar do evento. “Contamos com o apoio das equipes de RH e técnicos de segurança do trabalho para que sensibilizem os trabalhadores sobre a importância da participação deles com a família, e também divulguem os serviços oferecidos no Dia Nacional”, explicou.

Após o envio do formulário de inscrição serão entregues no escritório da empresa ou canteiro de obras as pulseiras de identificação para cada trabalhador inscrito e seus familiares. Já estão confirmados para este evento serviços de corte de cabelo, esmaltação de unhas, consultas médicas, vacinação, oficinas de esportes como: balé, futsal, handebol, dança e o IV Torneio de Futsal do DNCS. Para outras informações acesse o site <http://www.seconci-manaus.org.br/dncs2018>.



PELOTAS

O Sindicato da Indústria da Construção e Mobiliário (Sinduscon) de Pelotas e Região iniciou nesta semana as visitas em canteiros de obras visando mobilizar os trabalhadores para participarem de um dia de lazer, cultura e cuidados com a saúde. Em Pelotas, o evento será das 13h30 às 18h, no Parque do Sesi- prolongamento da avenida Benito Gonçalves.

Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 26/07/2018 / EDIÇÃO 6120](#)

Valor Econômico

[Juro real mais alto reduz eficiência da política monetária do BC](#)

JOTA

[O perigo de usar imóvel como garantia para financiamentos e empréstimos](#)

AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)

Participe do Dia Nacional da Construção Social

Werbeson, trabalhador da construção, e sua família

saúde Lazer cidadania

UM DIA DE SAÚDE, LAZER E CIDADANIA PARA O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO E SUA FAMÍLIA

INFORMAÇÕES
(92)3233-7880 / (92) 3233-5463
CONTATO@SECONCI-MANAUS.COM.BR

DIA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO Social
EDIÇÃO 2018

O Futuro dos nossos filhos

18 DE AGOSTO, DE 9 ÀS 14H, NO CLUBE DO TRABALHADOR DO SESI

Apoio: FIEAM, ADEMIAM, SECONCIBRASIL

Apoio Especial: SINDUSCONAM, SECONCI

Realização: SINDUSCONAM, SECONCI

Promoção: SESI, CBIC